

Espaços públicos de vulgarização científica na capital imperial (1870-1889)

Public spaces for scientific vulgarization
in the imperial capital (1870-1889)

Karoline Carula¹

karolinecarula@yahoo.com.br

Resumo: No último quartel do século XIX, no Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, foram realizados conferências e cursos públicos que passaram a fazer parte do cotidiano da cidade. Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar três grupos de preleções: as Conferências Populares da Glória, os cursos públicos do Museu Nacional e as conferências “Avulsas”, que não estavam inclusas nas categorias anteriores. Inicialmente, são apresentadas as dinâmicas de funcionamento de tais eventos; em seguida, analisam-se aquelas apresentações que trataram de temas relativos à ciência e, por fim, é empreendida uma discussão acerca daqueles espaços enquanto locais de sociabilidade letrada e científica.

Palavras-chave: conferências públicas, ciência, sociabilidade.

Abstract: In Rio de Janeiro, capital of the Brazilian Empire, during the last quarter of the nineteenth century, conferences and public courses took place. They became part of the city's daily routine. Therefore the aim of this paper is to analyze three groups of conferences: the Popular Conferences of Glória, the National Museum public courses and the “Miscellaneous” conferences, that did not belong to other categories. Initially the operation dynamics of these events are presented; subsequently the presentations related to subjects like science are analyzed and, finally, a discussion will be undertaken about the spaces mentioned before as places for the literate and scientific sociability.

Keywords: public conferences, science, sociability.

Dinâmica dos cursos e das conferências

O Brasil, na segunda metade do século XIX, passou por diversos acontecimentos que impactaram o *status quo*. Em 1850, o fim efetivo do tráfico de escravos africanos acabou com a reprodução da mão de obra oriunda da África, influenciando na transição do cativo para a liberdade. A Lei do Ventre Livre, de 1871, acentuou as discussões acerca da proximidade do fim da escravidão e da mão de obra a ser utilizada após a abolição. O término da guerra do Paraguai enfraqueceu a opinião pública acerca do poder imperial. O manifesto republicano de

¹ Professora da Universidade Salgado de Oliveira.

1870 e a criação do partido republicano, que propunham a mudança de regime político, também colaboraram para a desestabilização monárquica. Os debates que despontaram neste momento eram, muitas vezes, permeados pelas novas teorias científicas/cientificistas europeias – positivismo, evolucionismo, darwinismo, naturalismo, dentre outras – que eram lidas, ressignificadas e apropriadas pela camada letrada brasileira. Muitas dessas ideias foram apresentadas e discutidas em conferências e cursos públicos, que marcaram a capital imperial nas décadas de 1870 e 1880.

Marcus Vinícius de Freitas sugere que tal tipo de evento foi introduzido em terras brasileiras quando da passagem de Louis Agassiz (1807-1873) pelo Rio de Janeiro em 1865. A fim de conseguir simpatizantes ao seu trabalho, o naturalista suíço discorreu suas ideias em conferências no Colégio Pedro II, contando com o apoio do Imperador (Freitas, 2002). Nos Estados Unidos, “As conferências públicas de divulgação científica, especialidade de Agassiz, eram parte central da estratégia de tornar as ciências naturais uma ‘necessidade’ social” (Freitas, 2002, p. 56). Elizabeth Agassiz sinalizou para a novidade que a prática de conferências públicas representava para a sociedade da Corte: “Uma palavra sobre essas conferências; dando crédito às que nos dizem os próprios brasileiros, elas constituem para eles uma novidade desconhecida e, até certo ponto, uma revolução nos seus hábitos” (Agassiz e Agassiz, 2000, p. 113).

A prática de conferências na capital imperial se estendeu pelas décadas seguintes do Oitocentos, com grande frequência nos anos de 1870 e 1880. A maioria delas era pública,² e foi justamente nestas que foquei minha atenção. Nos vários locais onde foram desenvolvidas preleções, versava-se sobre assuntos diversificados, tais como economia, política, ciência e cultura. Dentre estes, dediquei minha análise apenas às conferências que tratavam de temas relacionados à ciência.

Para mapear esses eventos, utilizei a imprensa periódica, que anunciava as conferências, e, muitas vezes, comentava o que lá era exposto. Classifiquei as preleções mapeadas em três grandes grupos: as Conferências Populares da Glória, os cursos públicos do Museu Nacional, e as “Avulsas”, que não estavam inseridas em nenhuma das categorias anteriores, via de regra conferências isoladas e realizadas por iniciativa do próprio orador.

As Conferências Populares da Glória foram o primeiro espaço onde ocorreram preleções de maneira mais metódica. Receberam esse nome porque eram efetuadas nas escolas públicas da freguesia da Glória, localizada na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado. Elas foram criadas em 1873 pelo conselheiro Manoel Francisco

Correia (Fonseca, 1996). Em seu início, ocorriam duas vezes por semana, depois somente aos domingos às 11 horas. As Conferências eram públicas e gratuitas, sendo apenas necessário adquirir um cartão para a entrada, o que garantia a participação a todos os integrantes de uma mesma família. A entrega do bilhete era feita antecipadamente pelo conselheiro e pelo orador do dia (Carula, 2009, p. 37). Isso mostra que o público frequentador era seletivo, vide que para obter os ingressos era necessário pegá-lo com o conselheiro ou com o preletor, ou seja, havia a necessidade de se estar inserido em uma rede de relações sociais de classes altas; além de indicar que naquele período havia uma maior proximidade entre os oradores com o seu público, elemento que se perderá nos anos seguintes.

Manoel Correia, além de idealizador, coordenava as Conferências, selecionando aqueles que iriam ocupar a tribuna da Glória, como ficou conhecido o evento. A partir de 1884, a direção das Conferências Populares passou à Associação Promotora da Instrução Pública, entidade ligada à educação que teve, em janeiro de 1874, Manoel Francisco Correia como um dos fundadores.

Entre 1873 e 1889, ocorreram 596 preleções, proferidas por 145 oradores. No período inicial, de 1873 a 1880, foi quando se realizaram mais conferências, ao todo foram 356. Em 1874, ocorreu o maior número, seguido de 1876. Houve uma queda após 1881. Essa diminuição no decorrer da década de 1880 pode ser consequência do esgotamento do evento em si – perda da novidade, repetição de temáticas, etc. Muito embora a imprensa continuasse a noticiá-las e a comentar muitas delas. É possível observar também que, na primeira fase, houve uma variedade maior de oradores. Em 1877, só houve uma preleção porque Manoel Francisco Correia se afastou da coordenação das Conferências, deixando a organização para o deputado Franklin Dória, que não deu continuidade. Com o retorno do conselheiro à direção, elas retomaram a periodicidade (Carula, 2009, p. 41).

Nos dois últimos anos, mais da metade das preleções foram proferidas por um mesmo orador, Feliciano Piniheiro de Bittencourt, que foi quem mais se apresentou em todos os anos, com 90 conferências. Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e professor do colégio Pedro II na década de 1880, Bittencourt foi figura constante na tribuna. Talvez porque não houvesse pessoas interessadas em se apresentar e, mediante esse problema, a maneira que conseguiu para manter o evento foi ele mesmo conferenciar. Na conferência de número 588, antes de Bittencourt subir à tribuna, Correia felicitou-o “por ter sido agraciado pelo governo imperial, por seus serviços prestados à instituição das preleções populares, durante

² Em oposição às sociedades fechadas, considero como espaços públicos aqueles nos quais qualquer pessoa tem acesso (Habermas, 1984).

bom número de anos” (*Jornal do Commercio*, 24/09/1889). Provavelmente, Bittencourt recebera aquela congratulação imperial por ter dado continuidade ao evento e por ter sido o orador que mais se apresentou. Aqui é possível observar a ligação das Conferências da Glória com as esferas do poder. Essa relação já havia sido sublinhada um ano antes. D. Pedro II retornava ao Brasil após uma viagem, então, o conselheiro Correio aproveitou para felicitar o regresso do Imperador, considerado por ele o “augusto protetor das conferências” (*Jornal do Commercio*, 28/08/1888).

No outro grupo, estavam os cursos públicos do Museu Nacional. Inaugurados em 1875, sua realização ratificou uma das funções desenvolvidas pelo Museu: o ensino da ciência. Os oradores eram os diretores e subdiretores das seções da instituição. A promoção de cursos públicos pelo Museu Nacional já estava estabelecida no regulamento 123 de 1842: “Art. 8º Aos Diretores das seções incumbe: [...] 5º Dar um curso anual das ciências relativas às suas seções, à vista dos respectivos produtos, segundo as Instruções do Governo” (Brasil, 1842). Frei Custódio Alves Serrão, então diretor do Museu e idealizador do regulamento, se empenhou para instalar os cursos, porém não obteve êxito (Sá e Domingues, 1996). Da criação desse regulamento até a efetivação dos cursos, apenas algumas conferências isoladas foram realizadas.

Foi somente em 1876, com Ladislau de Souza Mello Netto na direção do Museu, que os cursos puderam ser concretizados. Durante a sua administração, 1876 a 1893, o Museu passou por grande reforma, obtendo com isso maior amplitude nacional e internacional. Ao solicitar verba ao Ministério para reativar o laboratório de química, Ladislau Netto foi cobrado por esse órgão da efetivação dos cursos públicos. O decreto n. 6116 de 9 de fevereiro de 1876, que reorganizou o Museu Nacional, normatizou a execução dos cursos. Ficou estabelecido que deveriam ser públicos e gratuitos; feitos por meio de preleções oferecidas pelos diretores e subdiretores de seção; ministrados à noite, no mínimo uma vez por semana, entre 1 de março e 31 de outubro (Brasil, 1876). O Regimento Interno do Museu, de 1876, regulamentou a execução. Estipulou, no art. 31, que eles tinham de ser expostos “[...] de acordo no método de ensino e na essência de cada matéria [...]” (Regimento, 1879). Isso dava aos preletores a liberdade de apresentar o conteúdo segundo os critérios que considerassem convenientes de acordo com a sua área de conhecimento. Determinou também que as aulas, como eram chamadas essas conferências, deveriam começar às 19 horas e terminar uma hora, ou, no máximo, uma hora e meia depois. Os resumos dos cursos eram enviados à imprensa, que os anunciava e, às vezes, publicava a sua sinopse (Brasil, 1882).

Ladislau Netto, em 16 de julho de 1884, enviou ao Ministério um ofício informando que Orville Adalbert Derby, diretor da seção de “Ciências físicas”, havia lhe enviado um comunicado, anexado ao seu, no qual relatava que preparar as conferências para os cursos públicos estava demandando um tempo demasiado grande e que isso prejudicava a execução de suas atividades de pesquisa no Museu. Um dos motivos para tal prejuízo era que o geólogo estadunidense tinha que prepará-las e expô-las em língua portuguesa. Após quatro anos de experiência, Derby concluiu que suas preleções não despertavam o interesse do público e não valiam o tempo necessário para planejá-las, além da falta do dom da oratória que ele dizia não possuir.

Para despertar esse interesse, seriam necessários os recursos oratórios de um Agassiz ou de um Huxley, e isso está muito acima de minhas forças. [...] Penso que o primeiro dever de um empregado do Museu é trabalhar e não discursar [...] Criar e manter por meio de preleções o interesse público pela ciência geológica, está muito acima de minhas forças e não vejo utilidade em continuar a tentativa (Registro, 1881-1885, p. 132v.).

Em seu ofício, Ladislau Netto afirmou que considerava justos e bem fundamentados os argumentos de Derby, que havia contado com o apoio de outros diretores do Museu. Ao término, o diretor da instituição explicitou estar de acordo com as solicitações, todavia, era favorável à continuidade das preleções, mas não sob a forma de cursos e nem de forma obrigatória, “mas aplicadas a certos assuntos de alto interesse para o Museu ou para o país, e à vontade dos preletores” (Registro, 1881-1885, p. 132). A solicitação foi bem recebida pelo Ministério, e, em 1888, o decreto 9942 estabeleceu que, a partir daquela data, fossem realizadas apenas conferências públicas, apresentadas sempre que se julgasse “conveniente aos interesses do Museu e da ciência” (Brasil, 1888).

Na década de 1870 e 1880 outras preleções foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro, atingindo o ápice em 1877. Dentre essas que classifiquei como “Avulsas”, as primeiras que encontrei registro na imprensa datam de 1874. O levantamento que fiz foi baseado na sua divulgação nos jornais diários. Nesse mapeamento pode ser que algumas não tenham sido contempladas, por não estarem registradas nesses meios de comunicação.

A maioria era de iniciativa particular, de uma pessoa ou de um grupo. Eram efetuadas, principalmente, ou em torno das 11 horas ou por volta das 19 horas. Diferente das Conferências Populares da Glória, que tinham

um salão destinado a esse uso, e dos cursos públicos do Museu Nacional, que também possuíam um ambiente específico para tal, as “Avulsas” ocorreram em espaços da cidade utilizados fundamentalmente para outros fins, como escolas, teatros, associações, instituições de saber e ensino. Os locais eram cedidos pelos seus proprietários, pelas instituições ou associações que os dirigiam. A diversidade de locais sugere que a prática era bem recebida entre tais sujeitos. Já a quantidade de freguesias indica que os eventos estavam disseminados pela cidade, fazendo parte do cotidiano da vida da camada letrada da sociedade em diferentes regiões.

Na escola da Glória, em 1877, vários oradores discursaram nos cursos livres de instrução superior. Nesse ano, ocorreu apenas uma preleção nas Conferências Populares, e alguns oradores que frequentavam esta tribuna criaram esse novo tipo de espaço de exposição. Os cursos eram ministrados por “uma nova associação de literatos”, que objetivavam “propagar o conhecimento das ciências e letras e desenvolver o gosto do povo” (*Diário do Rio de Janeiro*, 29/06/1877). A temática abordada era muito semelhante àquelas organizadas por Manoel Francisco Correia. O curso deixou de existir no ano seguinte, quando as Conferências Populares da Glória retomaram a sua periodicidade.

Algumas das preleções “Avulsas” foram organizadas a fim de arrecadar fundos para causas beneficentes, como em favor das vítimas da seca da Paraíba e do Ceará e do Rio Grande do Norte e as das enchentes em Campos e em Portugal. Nos dois casos, colocava-se uma caixa de coleta, na qual cada um depositava o quanto desejasse. Com esse mesmo intuito, Octaviano Hudson, tipógrafo da Tipografia Nacional, proferiu uma conferência, em 1877, cujo rendimento seria destinado às órfãs de Fagundes Varella. Lopes Trovão discursou, em 1878, para levantar fundos para a Associação Tipográfica Fluminense, e, em 1879, para ajudar a Sociedade Acadêmica da Escola de Medicina.

Entre as conferências beneficentes, encontrei uma proferida por mulher. A condessa Lydia Pasckoff, escritora russa que estava no Brasil, em 1877, apresentou, no Teatro de S. Luiz, a preleção “Estado da mulher na civilização moderna e em seu futuro”. Foi cobrada a entrada de 2\$ por pessoa, e o valor arrecadado seria doado para as vítimas da seca do Rio Grande do Norte.

Em vista dos grandes números de eventos dispersos pela cidade, conclui-se que, em fins do século XIX, a sociedade carioca teve a possibilidade de assistir a várias conferências públicas. Promovidas por pessoas e grupos diversos, as conferências deram mais dinamismo ao cenário cultural da cidade e fizeram parte do cotidiano da camada letrada naquele período.

Temáticas dos cursos e conferências

Os assuntos apresentados nas conferências eram considerados importantes e estavam inseridos dentro de projetos mais amplos de modernização da nação. Ao discorrer sobre essa temática, os preletores faziam uso de um vocabulário científico/cientificista, mesmo quando o foco principal da exposição não era estritamente vinculado à ciência. Ou seja, a linguagem da ciência era a maneira de veicular esta nova agenda de projetos modernizadores que estava se formando.

As Conferências Populares da Glória abarcaram temas variados, destacando-se os culturais (literatura, teatro, história, educação, geografia, letras) e os relativos à ciência (ciências naturais, matemática, medicina, ciências físicas) (Fonseca, 1996). Neste trabalho, fiz um recorte no qual abordo as que expuseram assuntos relativos à ciência. Classifiquei, para fins de análise, as preleções segundo o tema central desenvolvido pelo orador. Para algumas conferências, a única informação que encontrei foi seu título, então, a categorização foi feita com base nessa única variável. Para aquelas que obtive mais informações, como o texto integral ou o resumo e/ou comentário publicado(s) na imprensa, analisei o conteúdo exposto para depois catalogá-las.

Na listagem, consta o item tecnologias, que abarca as conferências nas quais foram apresentadas novidades tecnológicas. A importância da ciência era evidenciada por meio das inovações por ela produzidas. Para elucidar, cito a conferência de Licínio Chaves Barcellos, que, em 1882, discorreu sobre a iluminação elétrica e, ao apresentar os diferentes tipos de lâmpada, abordou os fenômenos físicos a ela vinculados (*Jornal do Commercio*, 17/07/1882).

Medicina foi o assunto mais frequente. Nessa categoria, incluí as conferências que tratavam de doenças, a profissão e o ensino médicos, discussões sobre determinadas substâncias, fisiologia, anatomia e aquelas cujas análises e argumentos foram baseados no discurso médico. Moléstias como a tuberculose, a febre amarela e a cólera, que afligiam a população no período, foram analisadas em preleções. As duas últimas doenças, ausentes no Brasil da primeira metade do século XIX, causaram muitas vítimas em sua segunda metade (Chalhoub, 1996, p. 60). Nesse período, uma quantidade significativa de teses sobre a febre amarela foi defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, indicando como a doença era preocupante para os médicos.

A cidade sofreu com duas graves epidemias da enfermidade nas décadas de 1850 e 1870. Sidney Chalhoub assevera que “ao lidar com o problema da febre amarela

Tabela 1. Assuntos relacionados à ciência desenvolvidos nas Conferências Populares da Glória entre 1873 e 1889.**Table 1.** Subjects concerning Science developed in the Popular Conferences of Glória between 1873 and 1889.

Tema	Número de conferências	%
Medicina	85	36,5
Higiene	39	16,7
Antropologia	34	15,6
Botânica	24	10,3
Evolucionismo	13	5,6
Geologia	07	3,0
Química	07	3,0
Biologia	04	1,7
Matemática	04	1,7
Tecnologias	03	1,3
Meteorologia	03	1,3
Farmácia	03	1,3
Física	03	1,3
História da Ciência	02	0,9
Ciências Naturais	01	0,4
Astronomia	01	0,4
Total	233	100,0

Fonte: *Jornal do Commercio* (1873-1889), *Conferencias Populares* (1876), *Gazeta de Noticias* (1875-1880), *O Globo* (1874-1878) e *Diario do Rio de Janeiro* (1873-1878).

num momento histórico particular, as autoridades de saúde pública dos governos do Segundo Reinado inventaram alguns dos fundamentos essenciais do chamado ‘ideal do embranquecimento’ (Chalhoub, 1996, p. 62). Com relação à tuberculose, Chalhoub ressalta que a letalidade na Corte foi extremamente grande no decorrer de todo o século, chegando a matar mais que do que outras doenças epidêmicas, porém, nenhum plano de combate foi colocado em prática (Chalhoub, 1996, p. 57). Para o autor, esta prioridade em combater a febre amarela ocorreu devido ao fato de ela acometer mais os brancos, atrapalhando o embranquecimento da população via imigração, diferentemente do que ocorria com a tuberculose, que atingia indiscriminadamente brancos e negros.

O uso do tabaco foi tema da conferência do médico, especialista em doenças dos olhos, José Cardoso de Moura Brasil, que associou o uso da substância à cegueira de determinados fumantes. Feliciano de Bittencourt também dedicou sua atenção ao tabaco em 15 preleções,

relacionando o seu consumo com a degenerescência física e moral e com o aparecimento de algumas enfermidades, como alienação, cancro e patologias oculares. Bittencourt também desenvolveu uma relação entre o consumo do tabaco e do álcool, enfatizando as causas malélicas para a saúde e para a sociedade da associação de ambos. Salientou como esse problema atacava os países do norte europeu, onde o consumo era maior, e citou medidas que a França havia tomado para tentar resolver o problema no país (*Jornal do Commercio*, 21/10/1885). É possível verificar, portanto, que os problemas sociais eram analisados e compreendidos por meio do viés da ciência.

O segundo tema mais recorrente foi o da higiene. Considerei pertencente à categoria as conferências que tinham o termo em seu título ou utilizaram o discurso higienista para sustentar suas ideias. Um exemplo deste último caso foi a intitulada “Ginástica, natação e equitação”, proferida pelo médico Feliciano Pinheiro de Bittencourt em 06 de julho de 1879. Para discorrer sobre a importância para a saúde das três atividades, o orador enfatizou que iria tratá-las como médico por meio da perspectiva da higiene (*Jornal do Commercio*, 09/07/1879). Salientou a necessidade das atividades enquanto práticas higiênicas, destacou ainda que a ginástica e a natação deveriam ser realizadas também pelas mulheres.

O médico Antenor Augusto Ribeiro Guimarães, em 1874, ministrou o curso de higiene, composto por sete preleções, tratando, em algumas, dos problemas que os pântanos causavam para a saúde pública (*Diario do Rio de Janeiro*, 20/01/1874) e do sistema de esgoto da cidade (*Jornal do Commercio*, 17/01/1874). Questão semelhante foi discutida por Feliciano de Bittencourt quatro anos depois. Este condenou a edificação de prédios próximos aos pântanos, defendeu a construção de ruas largas e a necessidade do saneamento da Corte (*Jornal do Commercio*, 10/12/1878). Segundo Jaime Larry Benchimol, os pântanos eram temidos por serem considerados “focos de exalação de miasmas, os pestíferos gases que veiculavam os agentes causadores das doenças e da morte”; motivo pelo qual muitos médicos defendiam seu aterro (Benchimol, 1992, p. 116). Aqui se pode ver que assuntos do cotidiano da cidade eram discutidos nas Conferências, indicando que elas se constituíram como mais um espaço de debate de tais questões. O discurso higienista marcou muitas das discussões; dessa maneira, incutia-se, nas pessoas que assistiam aos eventos, os valores e as explicações fundamentados no higienismo.

Com relação às preleções de botânica, a maioria fez parte do curso homônimo desenvolvido, em 1876, pelos médicos Francisco Ribeiro Mendonça e Joaquim Monteiro Caminhoá, também conselheiro, respectivamente, opositor e lente da cadeira de botânica e zoologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Provavelmente,

em suas apresentações, expuseram assuntos que tratavam naquela instituição.

Para categorizar as temáticas das conferências “Avulsas”, usei o mesmo critério feito com as Conferências da Glória. Ao observar os quadros de temas desenvolvidos nesses dois grupos, encontrei muitas convergências. Selecionei e classifiquei as que estavam relacionadas com assuntos da ciência.

Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, em 1881, juntamente com outros médicos, fundou a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, ficando responsável pela Clínica de Moléstias de Crianças (Pereira, 2008, p. 67). Nesse local, foram realizadas várias conferências, que, iniciadas em 1882, perduraram por dezenove anos. As proferidas por Moncorvo de Figueiredo estavam relacionadas ao setor clínico de sua responsabilidade. Júnia Sales Pereira afirma que o ensino de uma disciplina específica sobre doenças infantis, separada do ensino da medicina de partos, surgiu nesses cursos livres e não na Faculdade de Medicina. No mesmo ano, Moncorvo de Figueiredo enviou ao Ministro dos Negócios do Império, Rodolfo Epitáfio de Souza Dantas, uma solicitação para a criação de uma cadeira sobre moléstias das crianças nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador e ofereceu o espaço da Policlínica para sediar a instituição fluminense. Com a Reforma Sabóia, de 1882,

Tabela 2. Assuntos relacionados à ciência desenvolvidos nas conferências “Avulsas” entre 1873 e 1889.

Table 2. Subjects concerning Science developed in the “Miscellaneous” conferences between 1873 and 1889.

Temas	Número de conferências	%
Higiene	70	46,1
Medicina	48	31,6
Evolucionismo	6	3,9
Física	6	3,9
Astronomia	5	3,3
Botânica	4	2,6
Química	4	2,6
Farmácia	3	2,0
Antropologia	2	1,3
Geologia	2	1,3
Ciências físicas	1	0,7
Tecnologias	1	0,7
Total	152	100,0

Fontes: *Jornal do Commercio* (1870-1889), *Diário do Rio de Janeiro* (1873-1878), *Gazeta de Notícias* (1875-1880), *O Globo* (1874-1878).

ficou estabelecida a criação da cadeira de Clínica Médica e Cirúrgica de Crianças (Pereira, 2008, p. 68).

É significativa, ao analisar a Tabela 2, a quantidade de preleções que abordaram a temática da higiene, a maioria oferecida por médicos. Guilherme Belmonte, em 1877, efetuou, na escola de S. Pedro, seu curso de higiene popular. Outro orador que, da mesma maneira, desenvolveu esse tipo de curso foi o médico Carlos Antonio de Paula Costa, entre 1877 e 1879. Não encontrei nada que vinculasse os dois cursos. Portanto, é possível inferir que aqueles sujeitos estavam preocupados e empenhados em introjetar o discurso higienista, por considerá-lo importante para o desenvolvimento da sociedade.

A iniciativa de executar esses cursos partiu dos próprios médicos, que se julgavam e, de certa maneira, eram considerados detentores de um saber fundamental para a solução dos problemas da sociedade. Carlos Costa elogiou a atitude semelhante de Belmonte: “[...] [Costa] agradece as palavras benévolas que lhe dirigiu o seu ilustre colega, o Dr. Guilherme Belmonte, ao inaugurar um curso idêntico na freguesia de Santana, e faz votos para que outros imitem o seu exemplo, ampliando, porém, o seu programa” (*Gazeta de Notícias*, 08/09/1877).

Assuntos como higiene da mulher e da criança também foram discutidos em outros espaços. Um bom exemplo disso foi a questão do aleitamento materno, tema de várias teses nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Nesses trabalhos acadêmicos, o aleitamento materno era incentivado e o mercenário condenado. O próprio médico conferencista Carlos Costa esteve envolvido nesses debates.

Silva Araujo, médico da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, promoveu, nesse mesmo estabelecimento, em 1884, um curso de moléstias da pele e sífilis. Dissertou sobre variadas doenças fazendo uso de equipamentos de apoio, como, por exemplo, projetores de “lanterna de luz oxídrica” para a exposição de preparações microscópicas (*Jornal do Commercio*, 22/10/1884).

Com relação aos cursos públicos do Museu Nacional, os oradores que lá se apresentaram eram os diretores e subdiretores das seções. Em 1876, com o Decreto 6116, o Museu passou a ter três seções, além da anexa de arqueologia, etnografia e numismática, que não oferecia conferências: (i) Antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal; (ii) Botânica geral e aplicada, e paleontologia vegetal; e (iii) Ciências físicas: mineralogia, geologia e paleontologia geral.

Cada seção deveria desenvolver preleções de suas cadeiras, que, após 1876, eram as seguintes: antropologia (João Lacerda) e zoologia (João Pizarro, Emilio Goeldi) para a primeira seção; botânica (Ladislau Netto) e agricultura (Nicolau Moreira, Collantino Souza Filho) para a segunda; e mineralogia (Saules Junior, Francisco Freitas)

e geologia (Charles Hartt, Orville Derby) para a terceira. Embora o já referido regulamento n. 6116 não explicitasse que agricultura estava inserida na segunda seção, é possível fazer tal afirmação porque as conferências do conselheiro Nicolau Moreira eram anunciadas pela imprensa como sendo de agricultura, no caso se referindo à botânica aplicada. Isso reforça a inserção do Museu no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Vale ressaltar que, em todas as seções, a paleontologia estava presente, embora não tivesse sido realizada nenhuma conferência sobre o tema de modo explícito. A presença marcante da paleontologia indica a importância que a área do conhecimento tinha dentro da instituição. Em um momento em que as origens da terra e do homem eram temas de análises e discussões no ambiente científico internacional, não é de se estranhar o interesse do Museu.

Verifiquei quantos cursos foram efetuados em cada ano. Para o ano de 1875, antes da reestruturação do Museu, houve quatro lições (como também eram referenciadas essas conferências) na primeira e segunda seções, uma na segunda, uma na terceira e duas na quarta. A preleção da terceira seção não foi finalizada devido a problemas de saúde do diretor que a ministrava, João Martins da Silva Coutinho (Registro, 1875-1881, p. 4v).

Após o primeiro ano de experiência com os cursos públicos, Ladislau Netto enviou um ofício ao Ministério, solicitando que o espaçamento entre as apresentações fosse maior, devido à falta de material que considerava essencial para a fácil compreensão das aulas – “estampas murais, quadros explicativos, desenhos” (Registro, 1875-1881, p. 20v), objetos que ajudariam a tornar mais proveitosos os cursos.

O diretor do Museu também se queixou do tamanho da sala, considerada insuficiente e inadequada para

a finalidade (Registro, 1875-1881, p. 134v). Em 1880, os cursos foram transferidos para o pavimento superior do prédio, que acomodaria melhor os ouvintes, uma vez que a sala não estaria ao alcance dos transeuntes, além de apresentar “melhores condições de higiene”, pois o espaço tinha o dobro da altura (Registro, 1875-1881, p. 4v). Três anos antes, Ladislau Netto havia solicitado ao comandante do corpo militar de polícia o envio de dois praças para a manutenção da ordem no salão das conferências. O pedido foi devido à presença de “curiosos que se reúnem nas janelas”, fazendo barulho e atrapalhando a realização da preleção (Registro, 1875-1881, p. 50). A mudança para o piso superior foi uma maneira de afugentar o olhar daqueles que passavam pelas ruas, provavelmente não pertencentes à mesma camada social das pessoas que assistiam ao evento, uma maneira excludente de garantir a seleta composição do público, a elite da sociedade. Ao utilizar o argumento higienista, o diretor conferiu à mudança um ar imparcial e neutro. Tudo isso não excluiu o fato de a nova sala também acomodar melhor as pessoas.

Na Tabela 3, as preleções do médico fisiologista francês Louis Couty (diretor do Laboratório de Fisiologia do Museu) estão contabilizadas com as da primeira seção, pois a temática por ele abordada estaria aí inserida. Os membros correspondentes do Museu também poderiam oferecer conferências, desde que não atrapalhassem os cursos regulares. Com base nisso, Couty efetuou preleções entre os anos de 1879 e 1881 (Registro, 1881-1885, p. 11v). Os cursos foram interrompidos, em 1886, devido a reformas no edifício (Registro, 1885-1890, p. 24v) e não foram mais realizados até a sua extinção oficial em 1888. Ao todo, ocorreram 337 preleções, distribuídas pelos anos da seguinte maneira de acordo com as seções:

Tabela 3. Quantidade de conferências oferecidas por cada cadeira entre 1876 e 1885.

Table 3. Conferences offered by each speaker between 1876 and 1885.

Seção	Cadeira ou Orador	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1883	1884	1885	Total
1ª	Antropologia	14	–	07	13	07	08	02	04	07	62
	Zoologia	15	22	12	10	05	02	02	–	05	73
	Couty	–	–	–	01	09	12	–	–	–	22
2ª	Botânica	15	18	08	11	07	11	01	05	08	84
	Agricultura	–	11	06	09	08	05	–	03	07	49
3ª	Mineralogia	14	10	04	–	–	–	03	–	–	31
	Geologia	02	01	–	01	05	01	02	–	04	16
Total		60	62	37	45	41	39	10	12	31	337

Fonte: Brasil (1877); *Jornal do Commercio* (1876-1889); *Diário do Rio de Janeiro* (1873-1878); *O Globo* (1874-1878).

Não houve preleções no ano de 1882 devido à realização da Exposição Antropológica no Museu, que utilizou boa parte dos espaços físicos da instituição.

De acordo com o Relatório Ministerial de 1876, “As doutrinas da cadeira de agricultura não foram professadas, por se achar em Filadélfia o competente professor, na qualidade de comissário do Governo junto à Exposição Internacional” (Brasil, 1877). Isso explica a ausência de cursos dessa cadeira, uma vez que os diretores e subdiretores eram obrigados a dar tais preleções, e, de acordo com o artigo 35 do regimento interno do Museu, o não cumprimento dessa obrigação, exceto por justificativa de doença, acarretava em “multa equivalente a três dias” do vencimento (Regimento, 1879).

Em 1877, a cadeira de zoologia foi a que mais ofereceu cursos. Dos 21 realizados naquele ano, 11 foram enunciados por Pizarro e os outros 10 por Lacerda. A partir dos anos seguintes, os cursos dos dois oradores foram apresentados pelos jornais separadamente, a Pizarro coube a cadeira de zoologia, anatomia e fisiologia comparada, e a Lacerda, a de antropologia. Com relação às lições desse ano proferidas por Lacerda, elas faziam parte de um “curso de fisiologia” (*Jornal do Commercio*, 20/05/1877).

Optei por colocar as preleções feitas por Couty nessa tabela porque, embora não fizessem parte das regulamentadas nas três seções, eram anunciadas pela imprensa como pertencentes aos cursos públicos do Museu. No ano de 1879, a apresentação realizada teve como tema “veneno de cobras”. Das efetuadas em 1880, duas tratavam das “substâncias tóxicas e alimentícias do Brasil”, e sete, de “biologia experimental”. As temáticas de suas exposições estavam vinculadas ao trabalho que ele desenvolvia no Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu Nacional.

De acordo com o artigo 9º do Regimento Interno, os programas dos cursos deveriam ser submetidos à aprovação do Ministro e, tendo parecer favorável, impressos. Contudo, só encontrei a programação de alguns dos realizados em 1877 e 1878. Os resumos dos cursos de antropologia, de 1877, e de botânica, de 1878, foram publicados, respectivamente, nos volumes II e III do *Arquivos do Museu Nacional*.

Em 1877, Saules Junior programou dar continuidade ao curso que havia iniciado no ano anterior – “noções preliminares, caracteres para a boa distinção dos minerais, nomenclatura mineralógica e classificação que tem tido aceitação nesta ciência”. Para cada espécie mineral, estudaria “sua nomenclatura, variedades, caracteres distintivos, importância industrial”, indicando as principais jazidas e os mecanismos de exploração. Se sobrasse tempo, trataria da “estrutura das rochas, sua divisão, caracteres, estrutura, arranjo e principais aplicações industriais” (Saules Junior, 20/03/1877).

O curso de zoologia de 1877, estruturado por Pizarro, pretendia enfocar temas desenvolvidos em 1876: história dos animais, o estado das classificações, discussão sobre as mesmas e “caracteres anatômicos e fisiológicos que formam as diferenças nos quadros taxonômicos” (Registro, 1875-1881, p. 47v).

Para as aulas de agricultura de 1877, Nicolau Moreira planejou tratar da agricultura de modo amplo, estabelecendo a sua relação com a História Natural e observando sua “influência sobre o progresso e riqueza das nações”. Por pertencer à cadeira de botânica aplicada, também estudaria as plantas com aplicações industriais, em especial no tocante à alimentação (Moreira, 15/03/1877). Era indicada aí a relação entre ciência e progresso e como o avanço agrícola poderia proporcionar o desenvolvimento do país. Para o ano seguinte, planejou retomar os pontos centrais já trabalhados; estudar a influência do clima e dos solos nas plantações; examinar as partes que constituem os vegetais, observando os meios de melhorá-los (Moreira, 30/03/1878).

A programação para o curso de botânica de Ladislau Netto de 1877 pretendia abordar a anatomia e a fisiologia vegetal, acrescentando as respectivas explicações fisiológicas; e, no próximo ano, um estudo panorâmico das famílias, finalizando com a geografia botânica, na qual seria salientada a natureza mineralógica do solo e os hábitos dos vegetais existentes (Netto, 31/03/1877).

Lacerda, em 1877, enviou o programa dos próximos dois anos de seu curso de antropologia. O projeto propunha, no primeiro ano, estudar a anatomia e a fisiologia do homem, iniciando com o estudo das funções e terminando com as funções de relação. Para o seguinte, o objetivo era dedicar a atenção ao estudo das raças humanas, com enfoque às da América, “tocando incidentalmente nas questões da herança, mestiçagem e aclimação”. Ficariam para o final as “grandes questões gerais de monogenismo, poligenismo, e transformismo”. A análise da anatomia e da fisiologia seriam simultâneas, e a descrição anatômica de cada aparelho seria acompanhada de um estudo de sua função (Lacerda Filho, 16/03/1877).

Vale ressaltar que, pelas fontes consultadas, não houve dissenso entre os oradores sobre quais seriam os reais detentores do saber. Ou seja, em momento algum, os cientistas do Museu desqualificaram os preletores não cientistas que se apresentavam nos outros espaços públicos de vulgarização científica.

Assim, ao analisar as temáticas dos cursos e das conferências, foi possível constatar que havia um grande interesse com temas relacionados à ciência. Assuntos semelhantes foram abordados nas Conferências Populares da Glória e nas “Avulsas”, com destaque àqueles vinculados à medicina e à higiene, sinalizando para a importância de sua discussão na sociedade. Os cursos públicos do Museu

Nacional, apesar de não possuírem temática tão ampla, também analisaram e debateram assuntos que estavam na ordem do dia.

Sociabilidades

É difícil descrever ou saber exatamente quem compunha a plateia desses eventos, mas é possível traçar seu perfil. Sobre as Conferências Populares da Glória, os cursos públicos do Museu Nacional e algumas das classificadas como “Avulsas”, os jornais da época destacavam a presença de ministros, jornalistas, estudantes, professores, médicos, advogados, engenheiros e, muitas vezes, do Imperador e de membros da família real. Portanto, não estavam presentes as camadas menos abastadas da sociedade. Essa ausência, com relação às Conferências Populares da Glória, gerou polêmica nos jornais, que esperavam encontrar entre a audiência membros das classes populares (Carula, 2009, p. 42-48).

A presença feminina nos eventos também foi comentada pela imprensa. O comparecimento de mulheres era visto como sinal de uma nova sociabilidade de tipo moderna/burguesa que se delineava nos países capitalistas do ocidente. A presença feminina nesses eventos no Brasil começou em 1865 nas conferências de Louis Agassiz, que, juntamente com sua esposa, insistiu para que elas fossem aceitas no auditório: “A princípio, a presença de senhoras foi julgada impossível, como sendo demasiada inovação nos hábitos nacionais; mas esse preconceito foi logo vencido e as portas se abriram para todos, à moda da nova Inglaterra” (Agassiz e Agassiz, 2000, p. 114).

Algumas conferências apresentavam assuntos destinados ao público feminino, ou discutiam a importância da educação da mulher. Em 1874, o colégio de Nossa Senhora da Glória, “acompanhando o movimento literário do país, inaugurou em seu colégio uma série de conferências sobre a educação do sexo feminino” (*Jornal do Commercio*, 12/05/1874). Em seu segundo discurso realizado no local, o médico Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo abordou a higiene da infância, temática voltada à mulher enquanto mãe, que deveria criar seus filhos dentro dos ditames estabelecidos pela prática higienista.

Um público diferenciado do acima descrito assistiu às preleções do curso de higiene popular criado pelo médico Carlos Antonio de Paula Costa, desenvolvido na escola noturna da Lagoa, “Usando de uma linguagem ao alcance de seu auditório, os alunos da escola que ali se achavam em número maior de quarenta, sendo também [?] hoje

honrado com a presença de muitas pessoas distintas da freguesia [...]” (*Gazeta de Notícias*, 21/07/1877).

Carlos Costa era presidente da Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias, o que já evidencia a sua preocupação com a educação dessa parcela da sociedade. Por meio da associação, instaurou seus cursos populares. Os alunos que assistiram a essa conferência eram os que estudavam na referida escola, “jovens aprendizes de ofícios, menores e adultos, inclusive estrangeiros e africanos livres” (Gondra e Schueler, 2008, p. 74). Eram, portanto, integrantes das camadas menos favorecidas da sociedade. As preleções sobre higiene feitas por Lyra da Silva e Francisco Siqueira Dias Sobrinho podem ter tido o mesmo público, uma vez que foram realizadas na mesma escola noturna. É possível supor que o curso de Guilherme Belmonte, na escola noturna de S. Sebastião, também tenha tido uma assistência parecida, pois Carlos Costa frisou a similitude entre ambos (*Gazeta de Notícias*, 08/09/1877). Não encontrei, para as outras conferências, descrição de semelhante plateia.

Para analisar as sociabilidades existentes nesses locais, os conceitos de capital social, simbólico e cultural estabelecidos por Pierre Bourdieu foram de grande valia, visto que as conferências e os cursos públicos se constituiriam como espaços de sociabilidades letrada e científica. A participação em tais eventos, seja como orador ou espectador, inseria uma determinada parcela da sociedade em redes sociais, e, dessa maneira, possibilitava o aumento do capital social e cultural daqueles indivíduos.

Os oradores que se apresentavam possuíam capital simbólico, compreendido como “prestígio, reputação, fama, etc.” (Bourdieu, 2003, p. 135). Eram pessoas que, muitas vezes, atraíam o público só por serem elas a discursar, independente do assunto sobre o qual falariam. A presença de um público também detentor de capital simbólico ajudava ainda mais a consagrar e legitimar a conferência. Sempre que o Imperador comparecia aos eventos, a imprensa frisava a “augusta presença”, já que ele seria uma espécie de encarnação máxima desse capital simbólico.

Ao proferir conferências públicas, os preletores também aumentavam seu capital simbólico. Esse prestígio que se adquiria foi satirizado pelo jornal *A Bibliotheca dos Bonds*:³ “Certo de que eu não ia *conferir* com quem quer que fosse sobre qualquer matéria, mas antes ia fazer uma *prática* à minha vontade, quis falar e ter nome” (*As Conferências Populares*, 1876, p. 18, grifos do original). O fictício conferencista, Dr. Almôndega, não estava interessado em transmitir algo substancial em seu discurso, mas sim crescer seu capital simbólico, pois ele só queria

³ O periódico tinha como subtítulo: “Publicação diária por uns literatos desocupados”, indicando um caráter jocoso da publicação. Também se destacava na capa que o jornal era vendido em “todos os pontos desta cidade”. A publicação contava com 32 páginas e era impressa no Instituto Tipográfico do Direito, situado à rua Teophilo Ottoni, n. 52. No acervo da Biblioteca Nacional, constam 12 exemplares, referentes ao período de 1 de janeiro a 12 de janeiro de 1876. Não encontrei referências bibliográficas a outros números existentes.

“ter nome”. Para acentuar o caráter da ironia, a preleção intitulava-se “Da patologia social dos seres mancos em relação às exterioridades negativas”, mostrando que não importava o que se ia apresentar. O imaginário orador ainda destacou que “Ninguém a entendeu; porém, quanto mais sábio era apregoado o leitor, tanto mais entendido se presumia” (As Conferências Populares, 1876, p. 19). Aqui ele insinuou que o público presente era sábio, ou pelo menos desejava se passar por, e, devido a isso, era possível se falar de qualquer assunto, porque era presumível que a plateia compreenderia.

Os conferencistas também possuíam capital cultural, o qual, segundo Bourdieu, pode ser encontrado em três estados. O incorporado está assimilado, faz parte da pessoa. É um capital pessoal que foi acumulado por um longo tempo. O objetivado é a apropriação de objetos culturais materiais – livros, esculturas, pinturas, etc. – não basta apenas possuí-los, mas apreender o que eles significam, decodificá-los. Por fim, o institucionalizado é representado na forma do diploma, uma “certidão de competência cultural” (Bourdieu, 1998b, p. 78). Os três estados do capital cultural estavam presentes na maioria dos oradores que se apresentaram nos cursos e conferências: tinham conhecimento acumulado, conseguiam apropriar-se das leituras que realizavam nos livros e possuíam formação institucional.

Por fim, há também o capital social, que

[...] é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 1998a, p. 67, grifos do original).

O capital social é marcado pela rede de relações sociais que o indivíduo efetivamente possui e por aquela que pode vir a ter devido aos outros integrantes da rede. Tais pessoas estão ligadas por algo em comum, seja de maneira desprezível, seja com um caráter utilitário. O público frequentador, independente do seu perfil, tecia relações sociais nesses espaços. Assistir às preleções seria também uma maneira de ampliar seu capital cultural, pois, de acordo Bourdieu, o capital social pode se transformar em capital econômico ou em capital cultural.

Para o público letrado que compunha a audiência, era importante comparecer a tais eventos, primeiro, porque o Imperador muitas vezes comparecia. Ir a esses espaços era, portanto, uma maneira de se mostrar em sintonia com o que a casa imperial valorizava e apreciava. Outro motivo era evidenciar, para o resto da sociedade, que se estava a

par das novidades tecnológicas e científicas do momento. Mesmo que a pessoa não entendesse plenamente o que ali foi exposto, comparecer às conferências indicava que ela era moderna, valorizava o conhecimento e compreendia a sua importância para a melhoria da nação. Outra razão seria o de aproveitar o momento oportuno em encontros sociais, já que boa parte dos sujeitos que ia a tais locais encontrava-se em outros – livrarias, associações, rua do Ouvidor. Portanto, ali poderia ser uma boa situação para retomar uma conversa já iniciada, resolver algum assunto pendente, iniciar a discussão de um tema novo, que provavelmente seria retomado quando se encontrassem em outros lugares de sociabilidade; além de ser uma opção de entretenimento, ir de modo desprezado para passar um tempo aprendendo e conhecendo algo novo, ou refletindo sobre um problema da sociedade.

A dimensão das conferências como evento social, também foi satirizada pelo periódico *A Bibliotheca dos Bonds*:

Nas cenas que servem de acessórios à principal ação da Conferência, busquei [o orador Dr. Almôndega] empregar, como indispensável, a cor local que tanto caracteriza as reuniões aristocráticas, porque um dos merecimentos da Conferência é, sem dúvida, a exatidão com que nela se descrevem as mais notáveis peripécias da vida carioca (As conferências populares, 1876, p. 21, grifos do original).

As cenas acessórias às quais o conferencista se refere sinalizam para a importância dos eventos enquanto espaços de sociabilidade da Corte no período em questão. A crítica do jornal é específica às Conferências Populares da Glória, mas pode ser estendida a todas as outras que tinham o mesmo público (Vergara, 2008), pois, provavelmente, não só o perfil da plateia era o mesmo, mas as pessoas que se apresentavam muitas vezes eram as mesmas.

Os sujeitos que assistiam às preleções e os que proferiam os discursos se encontravam em outros espaços de sociabilidade letrada e científica existentes na cidade. Para compreender um pouco sobre a dinâmica dessa rede de sociabilidade, faço uso das análises empreendidas por Marco Morel, que destacou a multifuncionalidade existente em espaços formais de sociabilidade, ou seja, em uma mesma associação é possível encontrar aspectos econômicos, políticos, culturais, pedagógicos e corporativos (Morel, 2005).

Com relação às Conferências Populares da Glória, seu funcionamento estava muito vinculado à figura de Manoel Francisco Correia. Enquanto esteve na direção, era ele quem convidava o orador (Carula, 2009, p. 39). Por exemplo, seu amigo de infância, Antonio Ferreira Vianna,

em 1874, subiu à tribuna 19 vezes, sendo 16 para ministrar seu curso de pedagogia (*Gazeta de Notícias*, 16/07/1877).

Feliciano Pinheiro de Bittencourt, que proferiu 27 conferências na tribuna da Glória, era sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, fundada, dentre outros, pelo conselheiro Correia em 1883. A escolha de José Lustosa da Cunha Paranaguá para a presidência da Sociedade, em 1884, não foi bem aceita por Correia, que deixou as atividades administrativas da associação e parou de participar de algumas reuniões. A atitude foi seguida por Bittencourt, sinalizando para uma possível convergência de ideias entre ambos. O mesmo posicionamento teve o sócio Antonio Herculano de Souza Bandeira, conferencista da Glória em 1875 (Cardoso, 2005). Outros oradores das Conferências da Glória que fizeram parte da Sociedade foram Tristão de Alencar Araripe e Affonso Celso de Assis Figueiredo Junior. Fernando Pires Ferreira e José de Saldanha da Gama, que realizaram conferências “Avulsas”, também integravam a associação. Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, foi um dos sócios-fundadores da Sociedade. Conforme afirma a pesquisadora Luciene Carris Cardoso, o corpo constitutivo era “marcado por fortes ligações com a Coroa”, seus membros “compartilhavam da ideia do utilitarismo da ciência e da crença no progresso da nação brasileira” (Cardoso, 2005, p. 80, 88). A posição do grupo também era refletida nas conferências e nos cursos públicos.

Muitos dos oradores que se apresentaram nos eventos eram médicos. Nesse sentido, outro espaço de sociabilidade compartilhado por parte daqueles sujeitos foi a Academia Imperial de Medicina. Assim que deixou de prestar consultoria à Junta Central de Higiene Pública, em meados do século XIX, a Academia foi perdendo parte do prestígio que possuía. Porém, continuou a congregar grande quantidade dos profissionais da área. Uma significativa parcela dos médicos que discursou na tribuna da Glória fazia parte da sociedade. Com relação aos diretores de seção do Museu Nacional, eram sócios da Academia João Baptista Lacerda, João Joaquim Pizarro, Nicolau Joaquim Moreira. O único integrante das conferências “Avulsas” a participar da Academia foi Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo. É possível supor que muitos dos temas que apresentaram nas preleções eram discutidos nesse outro local de sociabilidade. Além da Academia, a Faculdade de Medicina, da mesma maneira, tinha como docentes muitos dos conferencistas.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi outra agremiação que teve como sócios muitos preletores, entre outros, Manoel Francisco Correia, Feliciano Pinheiro de Bittencourt, os conselheiros João Manoel Pereira da Silva e Nicolau Joaquim Moreira, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo. A presença deles mostra que, afora outras atividades, se dedicavam à construção da memória nacional.

Associações relacionadas à promoção da instrução pública congregaram vários preletores de cursos e conferências. Esses eventos públicos possuíam um forte caráter educacional, portanto, não é de estranhar que seus oradores estivessem engajados em sociedades dedicadas à promoção da educação. Merece destaque a Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa, que tinha como presidente o médico conferencista Carlos Antonio de Paula Costa (Blake, 1893) e Francisco Siqueira Dias Sobrinho como alguns dos fundadores (Costa, 2007, p. 144). Ambos abordaram a questão da higiene em suas preleções na escola noturna da Lagoa.

Em 1880, assumiu a presidência da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional Nicolau Joaquim Moreira, que foi a exceção entre os presidentes da agremiação, por ser o único que não era político (Domingues, 2001). Ele integrou também a Comissão Industrial de Química da Sociedade. Nesse sentido, vale ressaltar que, em muitos de seus cursos no Museu Nacional, destacou a importância do conhecimento da química para o bom desenvolvimento agrícola. Igualmente, fizeram parte da associação João Joaquim Pizarro, outro diretor de seção do Museu, Carlos Antonio de Paula Costa, promotor do curso de higiene popular na freguesia da Lagoa, e José de Saldanha da Gama, que proferiu tanto conferências “Avulsas” como na tribuna da Glória.

Além de seu caráter científico, a Sociedade Auxiliadora engajou-se na luta pela instrução, manteve “estabelecimentos de ensino primário, profissional, artístico e técnico, bem como cursos noturnos para adultos” (Gondra e Schueler, p. 70). Embora fosse um órgão particular, era subvencionada pelo Estado, auxílio financeiro que certamente colaborou na manutenção desses estabelecimentos.

A preocupação com a instrução marcou toda a carreira de Manoel Francisco Correia. Além das Conferências Populares, ele criou, em 1874, a Associação Promotora da Instrução. A entidade atuou principalmente na educação das crianças desvalidas da cidade. Esse órgão contou com a participação de oradores da tribuna da Glória. Dentre eles, Feliciano Pinheiro de Bittencourt, Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira, e Tristão de Alencar Araripe (Carula, 2009).

A Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a Associação Promotora da Instrução, ao se dedicarem à educação, em especial das classes desvalidas, apresentavam as dimensões pedagógica e filantrópica das multifuncionalidades definidas por Morel para as associações (Morel, 2005). Essa multiplicidade faz com que as redes sociais estabelecidas sejam mais complexas, o que, de acordo com Bourdieu, aumenta o capital social dos indivíduos pertencentes a tais grupos.

Os cursos e as conferências públicos, portanto, se caracterizaram por serem espaços de sociabilidade, no qual muito do que era exposto ali também era tema de discussão em outros ambientes letrados e científicos, por exemplo, na Faculdade de Medicina, nas agremiações, no parlamento, no Instituto Histórico e Geográfico, nas livrarias, na rua do Ouvidor, etc. Os oradores que se apresentavam transitavam por outros locais, mostrando que a rede de sociabilidade os integrava em outras associações existentes na Corte. Essa interligação sinaliza para o modo como estavam estabelecidas suas relações sociais e como estava constituído seu capital social. Entretanto, tratava-se de uma sociabilidade bem limitada. As pessoas que integravam tais espaços pertenciam a um estreito grupo da sociedade carioca. O perfil do público era semelhante ao que proferia conferências, então, os espaços eram muito mais reafirmadores de lugares sociais do que de difusão popular de ciência.

Referências

- AGASSIZ, E. C.; AGASSIZ, L. 2000. *Viagem ao Brasil 1865-1867*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editoria, 516 p.
- BENCHIMOL, J.L. 1992. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 358 p.
- BOURDIEU, P. 2003. Espaço social e gênese das “classes”. In: P. BOURDIEU, *O poder simbólico*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 133-161.
- BOURDIEU, P. 1998a. O capital social – notas provisórias. In: M.A. NOGUEIRA; A. CATANI (orgs.), *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, p. 65-71.
- BOURDIEU, P. 1998b. Os três estados do capital simbólico. In: M.A. NOGUEIRA; A. CATANI (orgs.), *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, p. 71-79.
- CARDOSO, L.P.C. 2005. Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). *Revista da SBHC*, 3(1):80-96.
- CARULA, K. 2009. *A tribuna da ciência: as Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 186 p.
- CHALHOUB, S. 1996. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 249 p.
- COSTA, A.L.J. da. 2007. *À luz das lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 174 p.
- DOMINGUES, H.M.B. 2001. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as ciências naturais no Brasil Império. In: M.A.M. DANTES (org.), *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, p. 83-110.
- FONSECA, M.R.F. da. 1996. As “Conferências Populares da Glória”: a divulgação do saber científico. *História, ciências, saúde – Mangueiras*, 2(3):135-166.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701996000400007>
- FREITAS, M.V. de. 2002. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 282 p.
- GONDRA, J.G.; SHUELER, A. 2008. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo, Cortez, 320 p.
- HABERMAS, J. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 397 p.
- MOREL, M. 2005. *As transformações do espaço público: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Corte Imperial, 1820-1840*. São Paulo, Hucitec, 326 p.
- PEREIRA, J.S. 2008. *História, ciência e infância: narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade*. Brasília/Belo Horizonte, CAPES/Argvmentvm, 200 p.
- SÁ, M.R.; DOMINGUES, H.M.B. 1996. O Museu Nacional e o ensino das ciências naturais no Brasil no século XIX. *Revista da SBHC*, 15:79-88.
- VERGARA, M. de R. 2008. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 1(2):137-145.
- BLAKE, A.V.A.S. 1893. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.
- BIBLIOTHECA DOS BONDS. 1876.
- BRASIL. 1876. Decreto n. 6116 de 9 de fevereiro de 1876. Reorganiza o Museu Nacional. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=69806>. Acesso em: 12/01/2010.
- BRASIL. 1888. Decreto n. 9942, de 25 de abril de 1888. Reorganiza o Museu Nacional. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=70511>. Acesso em: 23/01/2010.
- BRASIL. 1877. Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatorio do anno de 1876 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 16ª Legislatura*. Rio de Janeiro, 1877, pelo ministro Thomaz José Coelho de Almeida.
- BRASIL. 1882. Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatorio do anno de 1881 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 18ª Legislatura*. Rio de Janeiro, 1882, pelo ministro José Antonio Saraiva.
- BRASIL. 1842. Regulamento n. 123 de 3 de fevereiro de 1842. Dá ao Museu Nacional uma organização accommodada á melhor classificação e conservação dos objectos. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=82141>. Acesso em: 12/01/2010.
- AS CONFERÊNCIAS POPULARES. 1876. *A Bibliotheca dos Bonds*, n. 1. CONFERENCIAS POPULARES. 1876.
- DIARIO DO RIO DE JANEIRO. 1873-1878.
- DIARIO DO RIO DE JANEIRO. 20/01/1874; 29/06/1877.
- GAZETA DE NOTICIAS. 1875-1880.
- GAZETA DE NOTICIAS. 16/07/1877; 21/07/1877; 08/09/1877.
- O GLOBO. 1874-1878.
- JORNAL DO COMMERCIO. 1870-1889.
- JORNAL DO COMMERCIO. 17/01/1874; 12/05/1874; 20/05/1877; 10/12/1878; 09/07/1879; 17/07/1882; 22/10/1884; 21/10/1885; 28/08/1888; 24/09/1889.
- LACERDA FILHO, J.B. de. 1877. Pasta 16, Doc. 36, 16/03/1877. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR).
- MOREIRA, N.J. 1877. Pasta 16, Doc. 35, 15/03/1877. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR).

MOREIRA, N.J. 1878. Pasta 17, Doc. 29, 30/03/1878. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR).
NETTO, L. 1877. Pasta 16, Doc. 47, 31/03/1877. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR).
Regimento interno do Museu Nacional. 1879. Pasta 18, doc. 9ª. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR).
Registro dos Decretos, Portarias e Nomeações do Museu Nacional. Livro 6º. 1875-1881. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR).
Registro dos Decretos, Portarias e Nomeações do Museu Nacional. Livro 7º. 1881-1885. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR).

Registro dos Decretos, Portarias e Nomeações do Museu Nacional. Livro 8º. 1885-1890. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR).
SAULES JUNIOR, C.L. de. 1877. Pasta 16, Doc. 39, 20/03/1877. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR).

Submetido: 30/07/2013

Aceito: 02/09/2013